

DE ACORDO COM
O ÚLTIMO EDITAL

TEORIA E
EXERCÍCIOS

TEORIA E
EXERCÍCIOS



RECEITA FEDERAL

VOLUME 1

- Língua Portuguesa
- Redação Discursiva
- Língua Inglesa
- Raciocínio Lógico-Matemático
- Estatística
- Administração Geral
- Direito Administrativo
- Economia e Finanças Públicas (On-line)
- Gestão de Pessoas (On-line)
- Administração Pública (On-line)

Auditor

CONTEÚDO
ON-LINE
VIDEOAULAS

Legislação Aduaneira

RECEITA FEDERAL

Auditor Fiscal

Volume I

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada nesse percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados, em um sumário que foi pensado para apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de *Auditor Fiscal*, de acordo com os itens mais relevantes e principais atualizações, com base no último edital da *Receita Federal*.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao longo da teoria você encontrará recursos como boxes de “*Importante!*” e “*Dica*”, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo. Para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas, apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *FGV*, responsável pelo último certame, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação, acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Conteúdo de Economia e Finanças Públicas, Gestão de Pessoas e Administração Pública disponíveis em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que te guiará até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

**POR QUE
ADQUIRIR
A VERSÃO
COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	13
■ ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO	13
■ GÊNERO DO TEXTO	14
LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO.....	14
NARRATIVO.....	14
DESCRITIVO	15
ARGUMENTATIVO	16
■ INTERPRETAÇÃO	16
■ ORGANIZAÇÃO INTERNA.....	20
■ SEMÂNTICA: SENTIDO E EMPREGO DOS VOCÁBULOS	22
■ CAMPOS SEMÂNTICOS	24
■ MORFOLOGIA: RECONHECIMENTO, EMPREGO E SENTIDO DAS CLASSES GRAMATICAIIS	25
MECANISMOS DE FLEXÃO DOS NOMES.....	26
Padrões Gerais de Colocação Pronominal no Português.....	34
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS DOS VERBOS EM PORTUGUÊS	34
MECANISMOS DE FLEXÃO DOS VERBOS	35
■ PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS	41
■ SINTAXE: FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO	46
Termos da Orção	46
PROCESSO DE COORDENAÇÃO	52
PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO	53
REGÊNCIA DE NOMES E VERBOS.....	56
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	58
■ TRANSITIVIDADE DE NOMES E VERBOS.....	64
■ MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL	65
■ ORTOGRAFIA E ACENTUAÇÃO GRÁFICA.....	70
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	71

■ PONTUAÇÃO.....	74
■ REESCRITA DE FRASES: SUBSTITUIÇÃO E DESLOCAMENTO	77
■ PARALELISMO	79
■ VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: NORMA CULTA	80
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	87
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	87
LÍNGUA INGLESA.....	121
■ CONHECIMENTO E USO DAS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DA LINGUAGEM INGLESA E DOMÍNIO DA ESTRUTURA DA LÍNGUA	121
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VARIADOS.....	123
■ DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO	129
■ IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS	132
■ IDEIAS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS.....	132
■ RELAÇÕES INTRATEXTUAIS E INTERTEXTUAIS.....	133
■ ITENS GRAMATICAIS RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DOS CONTEÚDOS SEMÂNTICOS.....	134
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO	145
■ LÓGICA: PROPOSIÇÕES E CONECTIVOS.....	145
PREDICADOS.....	147
Quantificadores.....	147
PROBLEMAS DE LÓGICA E RACIOCÍNIO.....	152
■ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS.....	153
■ CONJUNTOS E SUAS OPERAÇÕES, DIAGRAMAS	163
■ NÚMEROS INTEIROS, RACIONAIS E REAIS E SUAS OPERAÇÕES	171
■ PROPORCIONALIDADE DIRETA E INVERSA.....	178
JUROS.....	182
PORCENTAGEM	186
■ MEDIDAS DE COMPRIMENTO, ÁREA, VOLUME, MASSA E TEMPO	188

■	ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS	190
	DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES.....	191
■	COMPREENSÃO E ANÁLISE DA LÓGICA DE UMA SITUAÇÃO, UTILIZANDO AS FUNÇÕES INTELLECTUAIS: FORMAÇÃO DE CONCEITOS, DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS	192
	RACIOCÍNIO VERBAL	192
	RACIOCÍNIO MATEMÁTICO	192
	RACIOCÍNIO SEQUENCIAL.....	192
	ORIENTAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL.....	192
■	COMPREENSÃO DE DADOS APRESENTADOS EM GRÁFICOS E TABELAS	192
■	PROBLEMAS DE CONTAGEM E NOÇÕES DE PROBABILIDADE.....	197
■	GEOMETRIA BÁSICA	206
	ÂNGULOS	206
	TRIÂNGULOS	209
	POLÍGONOS	210
	PERÍMETRO.....	212
	ÁREA.....	212
■	NOÇÕES DE ESTATÍSTICA	214
	MÉDIA.....	214
	MODA.....	215
	MEDIANA.....	215
	DESVIO PADRÃO.....	215
■	PLANO CARTESIANO: SISTEMA DE COORDENADAS, DISTÂNCIA	215
■	RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS.....	216
	ESTATÍSTICA.....	235
■	ESTATÍSTICA DESCRITIVA	235
	Séries Temporais	236
■	PROBABILIDADE E DISTRIBUIÇÕES DE PROBABILIDADE.....	243
■	INFERÊNCIA: ESTIMAÇÃO PONTUAL E INTERVALAR E TESTES DE HIPÓTESES.....	264

■ PREDIÇÃO: ABORDAGENS.....	276
REGRESSÃO LINEAR SIMPLES.....	276
REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA	276
■ REGRESSÃO LOGÍSTICA	277
ADMINISTRAÇÃO GERAL	283
■ TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO E DAS ORGANIZAÇÕES	283
■ O PROCESSO ADMINISTRATIVO E FUNÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO	291
PLANEJAMENTO	291
ORGANIZAÇÃO	292
DIREÇÃO	292
CONTROLE	292
■ PAPÉIS E HABILIDADES DO ADMINISTRADOR.....	294
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	295
Conceitos, Níveis, Etapas, Planejamento Tático e Planejamento Operacional.....	295
Princípios.....	297
Métodos e Ferramentas	298
■ ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS.....	300
■ ORGANIZAÇÃO.....	302
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	302
PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO	302
DEPARTAMENTALIZAÇÃO	304
CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	305
■ PROCESSO DECISÓRIO	305
TIPOS DE DECISÕES.....	306
DECISÃO RACIONAL, HEURÍSTICAS E FERRAMENTAS DE APOIO À DECISÃO	308
■ COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL.....	309
CULTURA ORGANIZACIONAL	309
MOTIVAÇÃO.....	311
LIDERANÇA	315

COMUNICAÇÃO	318
EQUIPES DE TRABALHO	321
■ CONTROLE.....	321
TIPOS DE CONTROLE	322
SISTEMAS DE CONTROLE.....	322
■ BALANCED SCORECARD.....	324
DIREITO ADMINISTRATIVO.....	331
■ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	331
PRINCÍPIOS BÁSICOS	331
■ PODERES ADMINISTRATIVOS.....	334
USO E ABUSO DO PODER	335
PODER HIERÁRQUICO	336
PODER DISCIPLINAR.....	337
PODER REGULAMENTAR	337
PODER DE POLÍCIA.....	338
■ ATO ADMINISTRATIVO.....	341
CONCEITO	341
REQUISITOS, DISCRICIONARIEDADE E VINCULAÇÃO	342
ATRIBUTOS	345
REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.....	345
CONVALIDAÇÃO	346
■ ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	347
CENTRALIZADA E DESCENTRALIZADA.....	347
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	351
AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA.....	353
TERCEIRO SETOR: ENTES PARAESTATAIS	364
■ CONSÓRCIOS PÚBLICOS (LEI Nº 11.107/2005).....	366
■ ÓRGÃOS PÚBLICOS	372
CONCEITO	372

NATUREZA	372
CLASSIFICAÇÃO.....	372
LEI Nº 8.112/1990 (REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS DA UNIÃO E ALTERAÇÕES).....	373
CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO PÚBLICOS	373
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	374
PROVIMENTO.....	374
VACÂNCIA.....	376
REMOÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO	377
SUBSTITUIÇÃO.....	377
DIREITOS E VANTAGENS	378
Vencimento e Remuneração.....	378
Vantagens.....	379
Férias	380
Licenças	380
Afastamentos.....	381
Direito de Petição.....	381
REGIME DISCIPLINAR: DEVERES E PROIBIÇÕES.....	382
PENALIDADES.....	385
Acumulação	387
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	390
PROCESSO ADMINISTRATIVO (LEI Nº 9.784/1999).....	392
CONTROLE E RESPONSABILIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.....	401
CONTROLE ADMINISTRATIVO	401
CONTROLE JUDICIAL.....	405
CONTROLE LEGISLATIVO	408
RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO.....	411
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI Nº 8.429/1992).....	423
LEI Nº 11.416/2006.....	439
NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LEI Nº 14.133/2021)	449
SERVIÇOS PÚBLICOS	504

CONCEITO, TITULARIDADE E PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS	504
REGIME JURÍDICO	506
PRINCÍPIOS DO SERVIÇO PÚBLICO	506
USUÁRIO.....	509
DELEGAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO: AUTORIZAÇÃO, PERMISSÃO E CONCESSÃO.....	511
■ BENS PÚBLICOS.....	514
REGIME JURÍDICO	514
CLASSIFICAÇÃO.....	514
ADMINISTRAÇÃO E UTILIZAÇÃO POR TERCEIROS.....	515
AUTORIZAÇÃO DE USO	516
PERMISSÃO DE USO.....	516
CONCESSÃO DE USO.....	516
CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO	516
CESSÃO DE USO	517
AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO	517
■ INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	517
DESAPROPRIAÇÃO	518
SERVIDÃO ADMINISTRATIVA.....	523
TOMBAMENTO	524
REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA.....	525
OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA	525
LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	525

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO

Produzir um texto não é simplesmente escrever palavras de forma encadeada, mas, sim, organizar ideias, selecionar estratégias discursivas e adequar a linguagem ao público-alvo e aos objetivos da comunicação. Essa construção envolve diversas etapas, que vão da pré-escrita à revisão final, exigindo do produtor textual competências que transcendem o domínio da norma gramatical.

No campo da linguística textual e da didática da língua, compreende-se que o texto é uma unidade de sentido que se realiza em situações concretas de uso da linguagem. Portanto, para que se construa um texto efetivo, é necessário considerar aspectos que envolvam tanto a estrutura interna quanto o contexto de produção. Esse processo é dinâmico e requer planejamento, criatividade, domínio das convenções do gênero textual escolhido e atenção à coerência e coesão.

A FASE DE PLANEJAMENTO

O primeiro estágio na construção de um texto é o planejamento, etapa em que o autor define o propósito comunicativo, o público-alvo, o gênero textual e o tema a ser abordado. Esse momento é essencial para que a produção textual tenha uma orientação clara e se desenvolva de maneira coerente. O planejamento permite delimitar o escopo temático, identificar os conhecimentos prévios do autor sobre o assunto e levantar informações necessárias à argumentação ou à exposição.

No processo de ensino-aprendizagem da escrita, essa etapa também pode incluir a construção de esquemas, mapas conceituais ou tópicos-chave, que servirão de guia para a redação do texto. Para gêneros mais formais, como dissertações, relatórios e pareceres, esse planejamento é ainda mais relevante, pois orienta a organização lógica e retórica do conteúdo.

A ETAPA DA TEXTUALIZAÇÃO

Após o planejamento, inicia-se a textualização propriamente dita, ou seja, o momento em que as ideias são transformadas em linguagem verbal estruturada. Nessa fase, o autor organiza os parágrafos, utiliza estratégias de coesão (como conectores, pronomes, elipses) e desenvolve a progressão temática. A textualização não é apenas uma transcrição mecânica de ideias, mas, sim, um processo ativo de construção de sentidos.

A escolha vocabular, o uso de figuras de linguagem, a estrutura sintática e a construção dos parágrafos são decisões que influenciam diretamente a eficácia comunicativa do texto. Além disso, o autor precisa respeitar as convenções do gênero textual, como a estrutura introdutória, o desenvolvimento e a conclusão, no caso da dissertação, ou os campos obrigatórios de um relatório técnico.

É importante salientar que essa fase não se dá de maneira linear. A textualização pode exigir retomadas constantes ao planejamento inicial, alterações de ordem, reescritas parciais ou completas. A fluidez textual depende tanto da familiaridade do autor com o tema quanto do seu repertório linguístico-discursivo.

A REVISÃO E A REESCRITA

Uma das etapas mais importantes e, por vezes, negligenciadas na construção textual é a revisão. Revisar é reler o texto com um olhar crítico, identificando possíveis incoerências, erros gramaticais, repetições desnecessárias, falhas na argumentação ou inadequações de linguagem. A revisão pode ser feita tanto pelo próprio autor quanto por terceiros (como revisores profissionais).

A reescrita, por sua vez, é a consequência da revisão. Consiste na modificação do texto a partir das observações feitas. Trata-se de um processo de aprimoramento contínuo, no qual o autor busca melhorar a clareza, a coesão e a adequação do texto. Nas produções editoriais, essa etapa envolve também aspectos gráficos e tipográficos, como a diagramação do texto, o uso de elementos paratextuais (títulos, subtítulos, legendas) e a conformidade com o projeto editorial.

A FUNÇÃO DA LEITURA NOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO

Ler diferentes gêneros, estilos e autores permite ao produtor textual ampliar sua visão sobre as possibilidades da linguagem e compreender melhor as exigências comunicativas dos diferentes contextos.

No processo de ensino da produção textual, a leitura é frequentemente usada como ponto de partida para atividades de escrita, sendo trabalhada de forma integrada à produção.

O contato com textos bem escritos permite identificar estratégias discursivas, estruturas argumentativas e marcas de autoria que poderão ser incorporadas à prática de escrita do aluno ou escritor em formação.

A CONSTRUÇÃO TEXTUAL COMO PRÁTICA SOCIAL

Além dos aspectos formais e linguísticos, é imprescindível compreender que a construção textual é uma prática social. O texto não existe em abstrato; ele é sempre produzido em um contexto específico, com objetivos determinados e direcionado a interlocutores reais ou presumidos. Por isso, a competência textual envolve também a capacidade de interpretar situações de comunicação, escolher estratégias adequadas e posicionar-se diante dos temas abordados.

O autor, ao escrever, assume uma posição discursiva, estabelece relações com seu leitor e insere-se em uma cadeia de discursos que circulam na sociedade. Isso implica responsabilidade ética, consciência linguística e domínio das normas sociais de comunicação. No caso dos textos argumentativos, por exemplo, é fundamental respeitar o contraditório, evitar falácias e apresentar argumentos consistentes.

Esse entendimento da construção textual como prática social é defendido por estudiosos como Paulo Freire e Mikhail Bakhtin, que destacam o caráter dialógico da linguagem e a importância da escrita como instrumento de expressão, transformação e intervenção no mundo.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, trabalharemos a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem sentir-se tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

É necessário reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails.

No entanto, nesses ambientes, não é necessário, na maioria das vezes, adequar a escrita à norma padrão da língua. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, depois se faz um planejamento textual, mostra-se sua estrutura, apresenta-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; e quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. Só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois, muitas vezes, só tentam praticar a escrita da redação após concluírem o estudo do livro didático e enfrentam grande dificuldade no momento do agrupamento — ou seja, em transformar em um todo aquilo que aprenderam a fazer em partes. Se o resultado não for satisfatório, acabam assumindo a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que serão estudados e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando, ainda, o caráter da originalidade, da criticidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, conseqüentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não houver sucesso na redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Nesse sentido, é necessário exercitar a competência escrita desde o início dos estudos, com uma redação por semana ou, pelo menos, com uma a cada 15 dias.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos nos referindo à estrutura e à linguagem do texto dissertativo. Subentende-se que quem domina esses dois aspectos não enfrenta dificuldades com a ortografia e outros elementos gramaticais que, inclusive, costumam ter pouco peso na prova.

LÍNGUA INGLESA

CONHECIMENTO E USO DAS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DA LINGUAGEM INGLESA E DOMÍNIO DA ESTRUTURA DA LÍNGUA

O estudo das formas contemporâneas da linguagem inglesa exige uma compreensão que ultrapassa a análise isolada de regras gramaticais e listas de vocabulário. A língua inglesa, em sua circulação atual, apresenta-se como instrumento de comunicação internacional, meio de produção acadêmica, linguagem do ambiente digital e recurso de interação social em contextos muito diversos. Por essa razão, conhecê-la, hoje, significa entender como ela funciona em situações reais, com diferentes níveis de formalidade, múltiplas variedades e usos marcados por contexto, intenção e público.

A expressão formas contemporâneas da linguagem inglesa remete ao modo como o idioma vem sendo utilizado na vida social, profissional, acadêmica e tecnológica, em gêneros textuais e situações comunicativas que se renovam constantemente. Isso envolve desde textos jornalísticos, científicos e institucionais até mensagens instantâneas, publicações em redes sociais, vídeos, podcasts, campanhas publicitárias e materiais multimodais. A língua, nesse cenário, não deve ser tratada como sistema estático, mas como prática viva, adaptável e sensível às transformações culturais e comunicacionais do mundo contemporâneo.

INGLÊS CONTEMPORÂNEO COMO LÍNGUA DE CIRCULAÇÃO GLOBAL

O inglês contemporâneo consolidou-se como uma língua de ampla circulação internacional, utilizada em relações diplomáticas, produção científica, comunicação empresarial, turismo, entretenimento e intercâmbio cultural. Essa difusão ampliou o número de falantes não nativos e modificou a própria percepção do idioma, que deixou de ser visto apenas como patrimônio de um número restrito de países. Em muitos contextos, o inglês funciona como língua de contato entre pessoas de origens linguísticas diferentes, o que torna seu uso mais plural e menos dependente de um único padrão nacional.

Esse fenômeno produziu o fortalecimento de diferentes variedades do inglês, como o britânico, o norte-americano, o canadense, o australiano e outras formas de uso disseminadas em regiões da África, da Ásia e do Caribe. Além dessas variedades historicamente reconhecidas, o crescimento do inglês como língua franca também intensificou usos híbridos, nos quais a comunicação se organiza mais pela inteligibilidade do que pela obediência estrita a um modelo idealizado. Em consequência disso, o conhecimento da língua contemporânea passa a incluir a capacidade

de reconhecer variações lexicais, ortográficas, fonéticas e pragmáticas sem perder o núcleo do sentido.

Essa diversidade não elimina a importância da norma-padrão, mas redefine seu lugar. Em situações formais, acadêmicas e profissionais, continua sendo necessário dominar estruturas convencionais de escrita e compreender registros mais monitorados. Ao mesmo tempo, a competência linguística contemporânea inclui flexibilidade para lidar com sotaques, escolhas lexicais regionais e estratégias de comunicação típicas de contextos interculturais, nos quais clareza, adequação e compreensão mútua ocupam posição central.

REGISTROS, CONTEXTO E ADEQUAÇÃO DE USO

Um dos traços mais relevantes da linguagem inglesa contemporânea está na variação de registro, isto é, na adaptação da língua conforme a situação comunicativa. O modo de escrever um e-mail profissional, por exemplo, difere significativamente da linguagem usada em mensagens instantâneas, comentários em redes sociais ou interações orais informais. O conhecimento efetivo da língua envolve perceber essas diferenças e selecionar vocabulário, estruturas e grau de formalidade adequados ao contexto.

Na comunicação formal, costuma haver maior controle sintático, escolha lexical mais precisa e organização discursiva mais estável, especialmente em textos acadêmicos, corporativos ou institucionais. Já na comunicação informal, aparecem contrações, abreviações, omissões, expressões idiomáticas, marcas de oralidade e construções mais econômicas, sem que isso signifique ausência de sentido ou empobrecimento da língua. Pelo contrário, essas formas revelam a capacidade do idioma de ajustar-se à rapidez da interação e à proximidade entre os interlocutores.

O uso contemporâneo do inglês também exige atenção à pragmática, isto é, ao modo como a intenção se constrói dentro da linguagem. Muitas vezes, o sentido de uma expressão não está apenas nas palavras empregadas, mas no tom, na situação, na relação entre os participantes e na finalidade do enunciado. Pedidos indiretos, ironias, atenuações, marcas de cortesia e respostas breves típicas da oralidade ou da escrita digital mostram que compreender a língua contemporânea implica interpretar não apenas o que é dito, mas como, para quem e em que circunstância isso é formulado.

LINGUAGEM DIGITAL, MULTIMODALIDADE E NOVAS FORMAS DE EXPRESSÃO

A contemporaneidade alterou profundamente os modos de produção e recepção da linguagem inglesa, sobretudo com a expansão dos meios digitais. Hoje, uma parcela expressiva da comunicação em inglês ocorre em ambientes virtuais, nos quais textos verbais convivem com imagens, vídeos, emojis, hyperlinks, sons e outros recursos semióticos. Essa multimodalidade amplia as possibilidades expressivas e exige do leitor ou do usuário uma competência interpretativa mais abrangente, capaz de integrar diferentes camadas de sentido.

No ambiente digital, a linguagem tende a ser mais rápida, condensada e marcada por convenções próprias. Abreviações, siglas, hashtags, expressões coloquiais, memes e estruturas elípticas aparecem com

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

LÓGICA: PROPOSIÇÕES E CONECTIVOS

VALORES LÓGICOS

Na lógica, temos apenas dois valores lógicos: **verdadeiro** ou **falso**. Quando temos uma declaração verdadeira, o seu valor lógico é **Verdade** (V); quando é falsa, dizemos que seu valor lógico é **Falso** (F).

ESTRUTURA LÓGICA

A Negação com o Conectivo “não”

Representação simbólica: $(\sim p)$ ou $(\neg p)$.

Sabemos que o valor lógico de “p” e “ $\sim p$ ” são opostos, isto é, se p é uma proposição verdadeira, “ $\sim p$ ” será falsa, e vice-versa.

Exemplo:

- p: “Matemática é difícil.”;
- $(\sim p)$ ou $(\neg p)$: “Matemática não é difícil.”

Outras maneiras de negar uma proposição, que têm aparecido com frequência nas provas de concursos, são:

- “Não é verdade que matemática é difícil.”;
- “É falso que matemática é difícil.”

Conjunção (Conectivo “e”)

Representação simbólica: \wedge

Exemplos:

Na linguagem natural:

O macaco bebe leite **e** o gato come banana.

Na linguagem simbólica: $p \wedge q$

Sendo:

- p: o macaco bebe leite.
- q: gato come banana.

Disjunção Inclusiva (Conectivo “ou”)

Representação simbólica: \vee

Exemplos:

Na linguagem natural:

Maria é bailarina **ou** Juliano é atleta.

Na linguagem simbólica: $p \vee q$

Sendo:

- p: Maria é bailarina.
- q: Juliano é atleta.

Disjunção Exclusiva (Conectivo “Ou...ou”)

Representação simbólica: \veebar

Exemplos:

Na linguagem natural:

Ou o elefante corre rápido, **ou** a raposa é lenta.

Na linguagem simbólica: $p \veebar q$

Sendo:

- p: o elefante corre rápido.
- q: a raposa é lenta.

Condicional (Conectivo “se... então”)

Representação simbólica: \rightarrow

Exemplos:

Na linguagem natural:

Se estudar, **então** vai passar.

Na linguagem simbólica: $p \rightarrow q$

Sendo:

- p: estudar.
- q: vai passar.

Bicondicional (Conectivo “se, e somente se”)

Representação simbólica: \leftrightarrow

Exemplos:

Na linguagem natural:

Bino vai ao cinema **se, e somente se**, ele receber dinheiro.

Na linguagem simbólica: $p \leftrightarrow q$

Sendo:

- p: Bino vai ao cinema.
- q: ele receber dinheiro.

PROPOSIÇÕES LÓGICAS SIMPLES

Observe a frase a seguir:

Paula vai à praia.

Para saber se temos ou não uma proposição, precisamos de três requisitos fundamentais:

- **Ser uma oração:** é uma frase com verbo;
- **Oração declarativa:** a frase precisa apresentar uma situação, um fato;
- **Pode ser classificada como Verdadeira ou Falsa:** ou seja, podemos atribuir o valor lógico verdadeiro ou o valor lógico falso para a declaração.

Tendo isso em vista, podemos afirmar claramente que a frase “Paula vai à praia” é uma proposição lógica, pois temos a presença de um verbo (ir), uma informação completa (temos o sujeito claro na oração) e podemos afirmar se é verdade ou falsa.

Dica

Proposição lógica é uma oração declarativa que admite apenas um valor lógico: V ou F.

ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A estatística é a parte da matemática que se dedica à análise, apresentação e interpretação de dados coletados. Esses dados são coletados dentro de uma **população**, que é o conjunto total dos elementos a serem estudados (podem ser pessoas, objetos etc.). Dessa população, podemos coletar os dados de duas maneiras:

- **Censo:** quando são coletados os dados de toda a população;
- **Amostra:** subconjunto da população, da qual são coletados dados para, posteriormente, fazer uma inferência sobre a população (inferência estatística).

Ex.: na eleição, todas as pessoas aptas a votar são a população. Quando uma empresa é contratada para fazer uma pesquisa de intenção de voto, eles selecionam uma amostra dessa população, fazem as perguntas predeterminadas pela pesquisa e, com os dados das respostas, fazem uma inferência de como a população toda irá votar.

Um dos ramos da estatística é a **estatística descritiva**, em que estudaremos quatro tipos de medidas descritivas:

- as medidas de **tendência central**, medidas que indicam a posição dos dados, como média, mediana, moda e quartis (também chamadas de medidas de **posição**);
- as medidas de **dispersão**, que medem o grau de variabilidade dos elementos de um conjunto, como desvio-padrão, variância, amplitude;
- a **assimetria** da curva;
- o achatamento da curva, chamado de **curtose**.

Importante!

Essas duas últimas (assimetria e curtose) também são conhecidas como medidas de distribuição.

Os dados de uma amostra podem ser **qualitativos**, que são aqueles dados não numéricos como sexo, nacionalidade, avaliação nominal (bom, regular, ruim) etc., ou **quantitativos**, dados expressos em números que podem ser objeto de contagens, medições como altura, peso etc.

Atenção: não necessariamente dados expressos em números serão quantitativos; eles podem também ser qualitativos, como RG, CPF, CNPJ, CEP, CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) — geralmente esse tipo de código ou classificação é feito em números. Exemplo: se quisermos saber a quantidade de empresas que atuam em cada setor, podemos usar

a CNAE, que é um número, para separar a quantidade de mercados, farmácias, postos de combustíveis etc.

Os dados qualitativos podem ser:

- **Ordinais:** podem ser ordenados, como mês, nível de escolaridade, tamanho de roupa (P, M, G), entre outros. Ex.: o nível de escolaridade pode ser dividido em ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, pós-graduação. Por mais que seja um dado qualitativo, conseguimos colocar isso em ordem, pois sabemos que primeiro vem o ensino fundamental, depois o ensino médio e assim por diante. Da mesma forma com os meses: sabemos que primeiro vem janeiro, depois fevereiro até chegar em dezembro;
- **Nominais:** não podem ser ordenados, como sexo, estado civil, entre outros. Ex.: podemos dividir os estados civis em casado, união estável, solteiro, viúvo... Não temos uma ordem entre essas opções.

Os dados quantitativos podem ser:

- **Discretos:** dados que possuem um conjunto finito de valores, como a quantidade de acertos em uma prova de múltipla escolha — a quantidade será apenas números inteiros, 0, 1, 2, 3 e assim por diante;
- **Contínuos:** possuem uma escala contínua de valor, como tempo, comprimento etc. Ex.: vamos considerar a variável altura. Entre os dados 1,70 m e 1,71 m existe uma infinidade de números.

NORMAS DE APRESENTAÇÃO TABULAR

Modelo de uma Tabela

Para que serve e como montar uma tabela? Uma tabela deve ser composta por diversas linhas e colunas. Devemos também ter um título (normalmente na primeira linha da tabela) e vários dados organizados nas linhas e colunas seguintes.

Geralmente, na primeira linha, depois do título, teremos as classes que serão retratadas nas linhas, por exemplo: estados, siglas, população, área etc. Nas linhas seguintes teremos os dados da tabela; teremos em uma mesma linha o estado, relacionando sua sigla, sua população, sua área etc.

Vejamos o exemplo dessa tabela citada:

INFORMAÇÕES DOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE			
Estado	Sigla	População	Área (km ²)
Minas Gerais	MG	21.292.666	586.522
Espírito Santo	ES	4.064.052	46.095
Rio de Janeiro	RJ	17.366.189	43.780
São Paulo	SP	45.919.049	248.222

Analisando a tabela anterior, podemos concluir que Minas Gerais (MG) é o maior estado da região Sudeste, pois tem a maior área, mas que o estado de São Paulo é o mais populoso, por ter uma população maior que os outros.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO E DAS ORGANIZAÇÕES

Inicialmente, abordaremos alguns conceitos básicos da ciência da administração, que serão úteis para a compreensão de toda a teoria geral da administração.

Ouvimos a palavra “administração” com frequência em nosso cotidiano e, muitas vezes, realizamos ações próprias da administração sem muita reflexão, tais como: planejar, organizar, liderar, executar e controlar. Mas, afinal, qual é o conceito de administração?

Segundo Maximiano (2006, p. 8), “*A administração é um processo dinâmico, que consiste em tomar decisões sobre o uso de recursos, para realizar objetivos*”.

Dessa forma, inferimos que a ciência da administração é responsável por estudar a experiência prática das organizações, com base nas diversas teorias que explicam e interpretam a realidade.

Portanto, a teoria geral da administração é o resultado cumulativo de diferentes abordagens, modelos e escolas, elaborados e aplicados em distintos contextos e épocas, com o objetivo comum de solucionar problemas e atender às demandas organizacionais e sociais.

A partir de agora, percorreremos os conceitos e pensamentos das principais abordagens da administração que, em conjunto com diversos fatos inter-relacionados, nos revelam a evolução do pensamento na ciência administrativa.

É importante entender que nenhuma abordagem está errada ou ultrapassada: cada uma contribui para que, ao final, compreendamos o todo e a importância da administração para a evolução da humanidade.

PARA ONDE VAI A TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO (TGA)?

A teoria geral da administração (TGA) não caminha para substituir abordagens anteriores, mas para conectá-las com os desafios do presente. Na prática, isso significa usar as escolas como “lentes” de análise, escolhendo o que faz mais sentido conforme o problema, o tipo de organização e o ambiente.

O aumento da velocidade das mudanças vem deslocando a TGA para temas que antes apareciam de forma secundária. Decisões baseadas em dados, automação e transformação digital passaram a influenciar planejamento, organização e controle, inclusive na Administração Pública. Nesse contexto, indicadores e tecnologia entram como parte do processo administrativo, alterando o modo de medir resultados e acompanhar entregas. Ao mesmo tempo, cresce a necessidade de governança: definir responsabilidades, regras, padrões de informação e critérios de transparência.

Atenção! Modelos e ferramentas gerenciais podem gerar decisões ruins quando a organização mede o que é fácil, e não o que realmente representa o objetivo.

Outra direção marcante é a mudança nas estruturas, com mais trabalho por projetos, cooperação entre áreas e relações em rede com parceiros e fornecedores. Isso reforça o diálogo entre a abordagem sistêmica (interdependência e ambiente) e a contingencial (ajustes conforme a situação), porque o desempenho passa a depender mais da coordenação e da adaptação do que de hierarquias longas. Assim, controle tende a ser menos “fiscalização” e mais acompanhamento com correções rápidas e aprendizagem organizacional.

Importante!

A pergunta “para onde vai a TGA” costuma ser respondida, em prova, com a ideia de integração: não existe teoria única para todos os contextos, e sim escolhas coerentes conforme a situação.

Por fim, a TGA vem incorporando com mais força temas ligados ao comportamento e à cultura, já que resultados dependem de comunicação, cooperação e liderança, especialmente em ambientes híbridos e com equipes diversas. Também se amplia a atenção a ética, integridade, prestação de contas e impactos sociais das decisões, aproximando a administração de debates sobre responsabilidade organizacional. Em concursos, esse movimento aparece quando a banca exige interpretação de cenários práticos, conectando escolas clássicas, burocracia, relações humanas, sistemas e contingência em um mesmo caso.

FUNDAMENTOS, TEORIAS E ESCOLAS DA ADMINISTRAÇÃO E O SEU IMPACTO NA GESTÃO DE PESSOAS

A sociedade, até meados do século XIX, era bem diferente do que conhecemos hoje. Anteriormente à Revolução Industrial, a presença de organizações na sociedade era bastante limitada e, em geral, restrita a estruturas muito pequenas. Ocorre que, à época, havia o predomínio de trabalhos realizados individualmente por artesãos e profissionais liberais; assim, era comum que não houvesse grandes organizações constituídas.

Nesse sentido, as primeiras grandes organizações da época eram a Igreja Católica e as organizações militares, que exerceram forte influência no desenvolvimento das estruturas organizacionais modernas. Além disso, é possível afirmar que diversos princípios que norteiam organizações em todo o mundo têm origem nessas duas instituições, como a hierarquia formal, a existência de órgãos de assessoria, os princípios de estratégia organizacional, entre outros.

Posto isso, a história apresenta diversos marcos que contribuíram para o surgimento das organizações modernas. Vejamos cada um deles:

- **Revolução Industrial:** as transformações do maquinário fizeram com que as pessoas saíssem da zona rural e procurassem oportunidade de melhor emprego nas cidades. Dessa forma, a produção passou, majoritariamente, da manufatura para a maquinofatura, acompanhando o crescimento das organizações e conferindo maior produtividade ao trabalho realizado;

DIREITO ADMINISTRATIVO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRINCÍPIOS BÁSICOS

Por motivos didáticos, costuma-se dividir as normas cogentes em regras e princípios.

Regras são normas cogentes que traduzem um comando direto, criadas pelo legislador (portanto, são positivadas) e utilizadas para a solução de casos concretos e específicos.

Os **princípios**, por sua vez, delimitam os valores fundamentais de um ramo do direito, têm conteúdo muito mais abrangente e são considerados mais importantes, dado o seu caráter geral e abstrato. Os princípios são descobertos pela doutrina por meio da análise das regras, retirando os aspectos concretos dela. Dessa forma, o legislador tem um papel indireto na criação dos princípios.

Apesar das diferenças mencionadas, é indiscutível que os princípios e as regras são normas que apresentam força cogente máxima. Porém, como os princípios têm valores fundamentais de um ramo jurídico, são considerados hierarquicamente superiores. Violar uma regra é um erro **grave**, mas violar um princípio é um erro **gravíssimo**, pois é o cometimento de uma ofensa a todo um ordenamento de comandos.

É importante mencionar que não há hierarquia material entre princípios, que são independentes de uma hierarquização, tendo a mesma relevância jurídica.

Cabe ressaltar também que, caso ocorra conflito entre dois ou mais princípios simultaneamente aplicáveis a um caso concreto, sua solução deverá recorrer ao método da ponderação. Em que pese não haja hierarquia entre princípios, o método da ponderação é o meio pelo qual se faz uma valoração do peso de cada princípio, de acordo com o caso concreto.

Atenção! Não há prevalência **absoluta** (hierarquia) de um princípio sobre o outro.

Princípios X Regras

Os princípios são a base de um ordenamento jurídico, anteriores até mesmo à existência das normas, pois influenciam no próprio processo legislativo.

Podem constar expressamente ou não, tendo como característica o fato de terem enunciados genéricos para aplicação no máximo possível de situações, sendo que os princípios têm alto nível de abstração, outra característica que irá permitir a sua aplicabilidade a um grande número de situações.

Cumpra ressaltar que os princípios também poderão ser utilizados para análise da validade de normas constantes do ordenamento jurídico, assim como a sua correta interpretação.

Nessa esteira, não há hierarquia na aplicação dos princípios. Eles devem ser interpretados de forma harmônica. No entanto, isso não impede que um ou outro esteja mais presente quando na análise de uma situação concreta. Nesse ponto, não falaremos de hierarquia, mas da mera aplicabilidade do princípio à situação concreta trazida à análise.

Vamos enumerar as características dos princípios colocadas até então:

- generalidade;
- abstração;
- ausência de hierarquia entre si; e
- interpretação e validação de regras.

Vejam, agora, sobre as regras, que são menos genéricas e abstratas. Ainda que aplicáveis eventualmente a várias situações correlatas, elas já procuram se aproximar da realidade dos fatos, apresentando comandos mais claros e concretos.

No Brasil há alguns critérios que podem ser utilizados para a solução do conflito entre regras:

- **Hierárquico:** prevalece a de maior hierarquia. Por exemplo: a Constituição Federal (CF), de 1988, sobre qualquer norma interna;
- **Cronológico:** prevalecerá a lei mais nova sobre o tema;
- **Especialidade:** prevalecerá a lei mais específica sobre o tema.

Dos Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são, assim, os que atuam como diretrizes sistêmicas do próprio regime jurídico-administrativo. Os princípios que regem a atividade da Administração Pública são vastos, podendo estar explícitos em norma positivada ou até mesmo implícitos, porém denotados segundo a interpretação das normas jurídicas. Temos, assim, os princípios gerais de direito administrativo e os princípios constitucionais e infraconstitucionais.

Princípios Gerais de Direito Administrativo

Os princípios gerais de direito administrativo são os princípios basilares desse ramo jurídico, sendo aplicáveis ante o fato de a Administração Pública ser considerada pessoa jurídica de direito público.

São princípios implícitos, uma vez que eles não precisam estar expressos na legislação para que a doutrina aceite sua existência, afinal, sem esses princípios a Administração não poderia funcionar direito. Esses princípios implícitos são dois: o princípio da supremacia do interesse público e o princípio da indisponibilidade do interesse público.

O princípio da supremacia do interesse público é o que **confere prerrogativas** à Administração, em um patamar de superioridade (supremacia) em relação ao particular.

A supremacia do interesse público sobre o privado é um aspecto fundamental para o exercício da função administrativa. Podemos citar como exemplo a desapropriação de um imóvel pertencente a um particular: o particular pode ter interesse em não ter seu bem desapropriado, ou achar o valor da indenização injusto, mas ele não pode ter interesse em extinguir o

DE ACORDO COM
O ÚLTIMO EDITAL

TEORIA E
EXERCÍCIOS

TEORIA E
EXERCÍCIOS



RECEITA FEDERAL

VOLUME 2

- Direito Constitucional
- Direito Tributário
- Contabilidade Geral e Pública
- Contabilidade Aplicada ao Setor Público
- Fluência em Dados
- Auditoria (On-line)
- Direito Previdenciário (On-line)
- Legislação Tributária (On-line)
- Legislação Aduaneira (On-line)



Auditor



CONTEÚDO
ON-LINE
VIDEOAULAS

Legislação Aduaneira

RECEITA FEDERAL

Auditor Fiscal

Volume II

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada nesse percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados, em um sumário que foi pensado para apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de *Auditor Fiscal*, de acordo com os itens mais relevantes e principais atualizações, com base no último edital da *Receita Federal*.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao longo da teoria você encontrará recursos como boxes de “*Importante!*” e “*Dica*”, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo. Para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas, apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *FGV*, responsável pelo último certame, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação, acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Conteúdo de Auditoria, Direito Previdenciário, Legislação Tributária disponíveis em PDF para download e Legislação Aduaneira em vídeoaula*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que te guiará até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

DIREITO CONSTITUCIONAL	13
■ TEORIA GERAL DO ESTADO	13
■ TEORIA GERAL E TIPOS DE CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ORIGENS, CONTEÚDO, ESTRUTURA E CLASSIFICAÇÃO	17
SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO	21
■ PODER CONSTITUINTE	21
■ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	23
■ CONSTITUIÇÃO	27
INTERPRETAÇÃO E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	27
NORMAS CONSTITUCIONAIS E INCONSTITUCIONAIS.....	28
COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS.....	35
EFEITOS DA DECISÃO NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	36
EMENDA, REFORMA E REVISÃO CONSTITUCIONAL	36
HIERARQUIA DAS NORMAS JURÍDICAS.....	38
■ DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	39
■ DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO	74
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	90
DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS.....	101
■ A ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: OS PODERES DO ESTADO E AS RESPECTIVAS FUNÇÕES	104
O PODER LEGISLATIVO	105
A FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, CONTROLE EXTERNO E OS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO.....	112
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	114
O PODER EXECUTIVO	117
O Presidente e o Vice-presidente da República	117
As Atribuições do Presidente da República	120
A Responsabilidade do Presidente da República	120
Os Ministros de Estado	122
O PODER JUDICIÁRIO.....	123
Disposições Gerais	123

O Supremo Tribunal Federal.....	137
O Superior Tribunal de Justiça.....	140
■ O MINISTÉRIO PÚBLICO.....	147
■ A DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	152
■ DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO.....	159
SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	159
DAS FINANÇAS PÚBLICAS E DO ORÇAMENTO.....	179
■ DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	188
■ DA ORDEM SOCIAL.....	196
■ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.....	218
DIREITO TRIBUTÁRIO.....	227
■ COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	227
■ LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS DO PODER DE TRIBUTAR.....	230
IMUNIDADES.....	230
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	231
■ CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS.....	234
■ TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO.....	238
■ TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA DOS ESTADOS.....	239
■ TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS.....	240
■ SIMPLES.....	243
■ LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	245
FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO.....	250
VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	253
APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	254
INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	255
■ OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL E ACESSÓRIA.....	256
■ FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	258
■ SUJEIÇÃO ATIVA E PASSIVA, SOLIDARIEDADE E CAPACIDADE TRIBUTÁRIA.....	260

■ DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO.....	262
■ RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	263
CONCEITO	263
RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES	264
RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS.....	265
RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES	265
■ CRÉDITO TRIBUTÁRIO	266
CONCEITO	266
CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO.....	267
HIPÓTESES DE ALTERAÇÃO DO LANÇAMENTO	269
MODALIDADES DE LANÇAMENTO	271
SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E MODALIDADES	272
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E MODALIDADES	275
EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E MODALIDADES	278
GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	279
■ PAGAMENTO INDEVIDO	282
■ ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	282
FISCALIZAÇÃO	283
DÍVIDA ATIVA.....	285
CERTIDÕES NEGATIVAS	285
■ SIGILO FISCAL	286
■ PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL (DECRETO Nº 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972)	288
■ CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990).....	294
■ LEI Nº 4.729, DE 14 DE JULHO DE 1965.....	298
■ AÇÃO CAUTELAR FISCAL	299
■ A LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA E SUA MITIGAÇÃO PERANTE O DIREITO TRIBUTÁRIO (LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019)	300
■ TRIBUTAÇÃO NO REGIME FALIMENTAR	304
■ PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO.....	306
■ ABUSO DE FORMAS.....	308

■ INTERPRETAÇÃO ECONÔMICA DO DIREITO TRIBUTÁRIO.....	308
CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA	321
■ CONTABILIDADE GERAL.....	321
CONTABILIDADE: CONCEITO.....	321
OBJETO	321
OBJETIVOS	321
CAMPO DE ATUAÇÃO.....	321
USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	321
■ PRINCÍPIOS E NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE EMANADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)	322
CONCEITOS, FORMA DE AVALIAÇÃO, EVIDENCIAÇÃO, NATUREZA, ESPÉCIE E ESTRUTURA.....	322
■ ATOS E FATOS ADMINISTRATIVOS	334
■ LIVROS CONTÁBEIS OBRIGATÓRIOS E DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL	334
■ VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO: RECEITA, DESPESA, GANHOS E PERDAS.....	336
■ APURAÇÃO DOS RESULTADOS	338
REGIMES DE APURAÇÃO	339
CAIXA E COMPETÊNCIA	340
■ ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	341
LANÇAMENTOS CONTÁBEIS.....	342
■ CONTAS PATRIMONIAIS E RESULTADO	343
■ FATOS CONTÁBEIS: PERMUTATIVOS, MODIFICATIVOS E MISTOS	346
■ ITENS PATRIMONIAIS: CONTEÚDO, CONCEITOS, ESTRUTURA, FORMAS DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS ITENS PATRIMONIAIS DO ATIVO, DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	349
■ DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	352
BALANÇO PATRIMONIAL.....	353
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	355
DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS.....	359
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	359
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	363

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	367
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: CONTEÚDO, FORMA DE APRESENTAÇÃO E EXIGÊNCIAS LEGAIS DE INFORMAÇÕES	372
AJUSTES, CLASSIFICAÇÕES E AVALIAÇÕES DOS ITENS PATRIMONIAIS EXIGIDOS PELAS NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL TRAZIDAS PELA LEI FEDERAL Nº 11.638/07 E SUAS ALTERAÇÕES E LEI FEDERAL Nº 11.941/09 E SUAS ALTERAÇÕES	373
ESTOQUES: TIPOS DE INVENTÁRIOS, CRITÉRIOS E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO	387
APURAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, TRATAMENTO CONTÁBIL DOS TRIBUTOS INCIDENTES EM OPERAÇÕES DE COMPRAS E VENDAS	388
CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO	397
NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL - ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL PELAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO	397
RELATÓRIO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL DAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO (RCPG): OBJETIVOS E USUÁRIOS	397
PRESTAÇÃO DE CONTAS E RESPONSABILIZAÇÃO (ACCOUNTABILITY) E TOMADA DE DECISÃO.....	397
A CONTINUIDADE DAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO	398
SITUAÇÃO PATRIMONIAL, DESEMPENHO E FLUXOS DE CAIXA	398
REGIME DE COMPETÊNCIA	399
REGIME DE CAIXA	399
CARACTERÍSTICAS DA ENTIDADE QUE REPORTA A INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	400
ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: PROPÓSITO E DEFINIÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS, RECEITAS E DESPESAS	400
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO	400
RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: EVIDENCIAÇÃO, RECONHECIMENTO E DESRECONHECIMENTO	401
BASES DE MENSURAÇÃO PARA ATIVOS E PASSIVO	401
ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SETOR PÚBLICO: DEFINIÇÕES, FINALIDADE, COMPONENTES, ESTRUTURA E CONTEÚDO DAS DEMONSTRAÇÕES.....	402
DE ACORDO COM A LEI 4320/1964: EMPENHO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO	402
DE ACORDO COM A NBC T SP 11	402
DE ACORDO COM O MCASP	403
ESCRITURAÇÃO: DÉBITO, CRÉDITO E SALDO	406

SISTEMA DE PARTIDAS DOBRADAS.....	406
■ PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO	408
■ CONCEITO DE CONTAS PATRIMONIAIS E DE RESULTADO, FUNÇÃO E ESTRUTURA DAS CONTAS.....	408
■ TÓPICOS SELECIONADOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000.....	410
■ CONCEITOS DE DÍVIDA PÚBLICA E RESTOS A PAGAR	436
■ ESCRITURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS	438
■ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO.....	439
■ RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL: ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO.....	439
■ TÓPICOS ESPECIAIS DA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO	440
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS (REGIME ORÇAMENTÁRIO E REGIME CONTÁBIL OU PATRIMONIAL (MCASP))	440
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS CONFORME MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (MCASP) - 9ª EDIÇÃO	441
APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (NBC TSP 13)	441
NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (IPSAS).....	442
NOÇÕES DE INFORMAÇÕES DE CUSTOS NO SETOR PÚBLICO: NBC T 16.11 - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS DO SETOR PÚBLICO	443
MANUAL DE INFORMAÇÕES DE CUSTOS DO GOVERNO FEDERAL, APROVADO PELA PORTARIA STN Nº 518/2018.....	443
■ TRABALHO DE ASSEGURAÇÃO (NBC TA ESTRUTURA CONCEITUAL - ESTRUTURA CONCEITUAL PARA TRABALHOS DE ASSEGURAÇÃO)	444
FLUÊNCIA EM DADOS.....	453
■ CONCEITOS, ATRIBUTOS, MÉTRICAS, TRANSFORMAÇÃO DE DADOS	453
■ AGRUPAMENTOS, TENDÊNCIAS E PROJEÇÕES	459
■ CONCEITOS DE ANALYTICS.....	463
■ INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E APRENDIZADO DE MÁQUINA.....	464
■ PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL	469
■ GOVERNANÇA DE DADOS: CONCEITO, TIPOS (CENTRALIZADA, COMPARTILHADA E COLEGIADA)	470
■ CIÊNCIA DE DADOS: IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO	476

■ BIG DATA: BIG DATA EM RELAÇÃO A OUTRAS DISCIPLINAS.....	478
■ CIÊNCIA DOS DADOS.....	490
■ CICLO DE VIDA DO PROCESSO DE CIÊNCIA DE DADOS.....	493
ANÁLISE DE DADOS	504
■ PAPEIS DOS ENVOLVIDOS EM PROJETOS DE CIÊNCIA DE DADOS E BIG DATA.....	509
■ COMPUTAÇÃO EM NUVENS	512
■ ARQUITETURA DE BIG DATA.....	516
■ MODELOS DE ENTREGA E DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS DE BIG DATA.....	519
Plataformas de Computação em Nuvem Para Big Data	527
■ LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO PARA CIÊNCIA DE DADOS: LINGUAGEM PYTHON E R.....	528
■ BANCOS DE DADOS NÃO RELACIONAIS: BANCOS DE DADOS NOSQL; MODELOS NOSQL	548
■ PRINCIPAIS SGBD'S.....	550
■ SOLUÇÕES PARA BIG DATA.....	552

DIREITO CONSTITUCIONAL

TEORIA GERAL DO ESTADO

Antes de iniciarmos o estudo de Direito Constitucional, faz-se necessário compreendermos **o que é o Estado, para que ele serve e como é estruturado**. Inicialmente, precisamos saber que inúmeras teorias definem/tentaram definir esta Instituição. Assim, o Estado nada mais é do que **uma criação humana** que se desenvolve a partir de concepções políticas, jurídicas e filosóficas de cada época específica para dar respaldo às atitudes de quem detém o poder.

Dica

Embora a ordem política social denominada Estado seja conhecida desde a antiguidade, nem sempre recebeu este nome. De outro modo, podemos dizer que apesar de, desde os primórdios da história, as civilizações se organizarem socialmente, cada grupo humano se organiza/organizou de acordo com sua visão de mundo e de sua realidade. São exemplos a *polis* grega (cidade-estado da Grécia Antiga) e a *res publica* romana, que deu origem ao que, hoje, entendemos por República.

Dito isso, enquanto uma concepção humana, diversas teorias tentam equacionar sua origem sob o ponto de vista histórico-sociológico e sob o prisma racional. Essas teorias podem ser agrupadas em três grupos distintos:

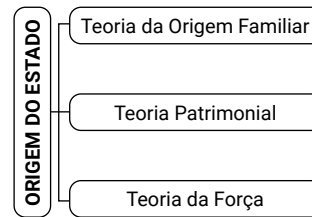
- teoria da origem familiar;
- teoria da origem patrimonial; e
- teoria da força.

Pela **teoria da origem familiar**, o Estado **deriva-se do núcleo familiar**, uma vez que a família é o primeiro modelo de organização política. Nesse caso, há duas bases de sustentação: a primeira é a origem matriarcal do Estado (mulher como base da família), a segunda, a base patriarcal (homem como autoridade suprema).

A **teoria patrimonial**, por sua vez, enxerga a **união econômica** como forma de **proteção da propriedade** e, também, **de regular as relações patrimoniais**. Esta concepção fundamenta-se no embasamento de que o direito de propriedade é anterior ao próprio Estado.

Por fim, a **teoria da força** defende que o Estado nada mais é do que **resultado do poder de dominação dos mais fortes sobre os mais fracos**. Assim sendo, de acordo com essa concepção, o poder público surgiu com forma de regular a relação entre os indivíduos e eliminar as lutas travadas entre estes a fim de evitar a dominação dos vencedores sobre os vencidos.

Observe o esquema abaixo.



Além disso, sempre houve a necessidade de se **justificar o poder exercido pelo Estado**, seja sob o ponto de vista social, político ou jurídico. Por isso, sempre existiram doutrinas explicativas, seja para legitimar o comando, seja para legitimar a obediência. No início, a justificação para a existência do Estado partia de uma **ideologia natural**, ou seja, de ordem carismática, aceitável pela simples crença religiosa. Esta teoria, pertencente ao grupo das teorias teológico-religiosas, refletia o pensamento político dominante na idade Média e, defendia, tal como o Absolutismo (famoso pela figura do rei Luiz XIV, da França), o poder divino do monarca.

Ademais, as teorias teológico-religiosas dividiram-se em dois grupos:

- **Teoria do direito divino sobrenatural** – Deus, como criador de todas as coisas, é a origem, a causa e o responsável pela criação, pelo poder e pela hierarquia do Estado;
- **Teoria do direito divino providencial** – a escolha da autoridade máxima de poder é permeada por intervenção divina. Desse modo, o poder de Deus é exercido de forma indireta.

Além deste ponto de vista, as teorias **racionalistas** também explicam e justificam o Estado, entretanto, ao contrário das concepções religiosas, defendem que esta instituição é produto da razão humana.

Essas teorias partem dos princípios de direito natural e subdividem-se em três. A primeira, conhecida como **teoria do jusnaturalismo**, cujo expoente é o republicano Grócio, relaciona-se com uma das primeiras noções de direito desvinculadas do aspecto religioso, pois procura um fundamento eminentemente humano para o Estado. De acordo com esta teoria, o direito, não baseado na vontade divina e com poder próprio, divide-se em direito natural e direito voluntário. O Estado, especificamente, sob esse ponto de vista, define-se como uma organização perfeita, formada por homens livres, cuja finalidade é regular o direito e alcançar o bem estar coletivo.

A segunda das teorias racionalistas é a **teoria contratualista**, destacada por figuras como Kant, Hobbes, entre outros. Kant procura, na filosofia política, os fundamentos para a construção do Estado. Para ele, os homens devem obediência às regras de comportamento preexistentes, feitas pela razão prática, de modo que o direito, ao mesmo tempo que tem por finalidade garantir a liberdade, tem por fundamento a coexistência entre essas liberdades. Por esta razão, os homens saem do seu estado de natureza para se associarem, de modo a se submeterem as limitações do Estado.

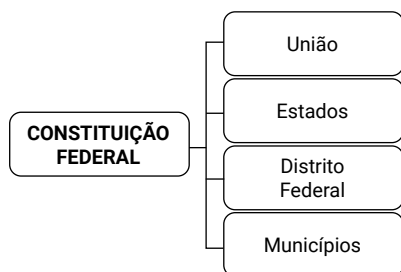
Hobbes, por sua vez, discorre, em sua obra “Leviatã”, acerca da natureza humana e das necessidades de governos e de sociedade. Para ele, o sistema anárquico leva o homem ao em seu estado de natureza e o conduz à guerra. Assim, para se evitar a “guerra de

DIREITO TRIBUTÁRIO

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

A competência tributária remete ao poder dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) na instituição de tributos, sendo o **Princípio do Federalismo** (inciso I, § 4º, art. 60, CF) seu principal fundamento.

É importante ressaltar que a Constituição Federal não cria tributos, apenas concede poderes para os entes políticos. Assim, a competência tributária consiste na atribuição do poder de criar, majorar e instituir tributos aos entes políticos.



Conforme os ensinamentos de Santos Júnior (2010, p.11) a tributação legal, no estágio atual do Estado Social, serve de anteparo para resolução de problemas gerais: seguridade social, educação, transporte, moradia, dentre outros. E ainda, segundo o autor:

para que o Estado Social tenha condições de enfrentar e resolver tais finalidades precisa do poder de tributar, porque é por meio da arrecadação de tributos que o Estado obtém o maior leque de suas receitas.

Logo, a Competência Tributária nada mais é do que a outorga de poder concedida pela Constituição Federal aos entes federativos para criar ou majorar tributos. Somente os entes federativos detêm competência tributária.

Percebe-se que habitualmente a competência tributária se confunde com competência para legislar sobre Direito Tributário. Nos termos do art. 6º do CTN, apenas os entes políticos (que podem legislar) são titulares dessa prerrogativa. Ao definir a competência de determinado tributo para que ocorra a tributação de fato é necessário que cada ente federativo exerça a competência deferida pela Constituição, instituindo o tributo por meio de lei. Somente com a publicação da lei, aprovada nos moldes e limites da competência fixada é que se fala em instituição do tributo.

De acordo com o inciso I, do art. 24, da Constituição, compete à União, aos Estados e ao DF, a competência concorrente para legislar sobre Direito Tributário:

Art. 24 Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
[...]

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO TRIBUTÁRIO
Criação e Majoração de tributos	Criar normas para reger as obrigações decorrentes dos tributos que forem criados/majorados

Existe, também, uma diferença entre a Competência Tributária e a Capacidade Tributária Ativa (arts. 7º e 8º, CTN). A primeira se refere a criar e majorar tributo, tal como fiscalizar e cobrar. Já a capacidade tributária ativa consiste apenas na atribuição da atividade de arrecadar e fiscalizar tributos. A competência tem natureza política, enquanto a capacidade tem natureza administrativa.

O art. 7º permite que o ente competente atribua a outra pessoa jurídica de direito público as funções de arrecadar e fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	CAPACIDADE ATIVA TRIBUTÁRIA
Criar e Majorar tributos	Arrecadar, Fiscalizar, Executar

CLASSIFICAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

Em relação aos tributos a seguinte classificação pode ser concebida:

- **Competência Privativa (arts. 148, 149, 149ª, 153, 155, 156 e 147, CF):** refere-se aos impostos, já que a Constituição faz referência a cada um dos impostos de competência exclusiva da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de modo que os entes não poderão instituir qualquer outro imposto, a não ser os delimitados pela CF;
- **Competência Comum (arts. 77 a 81, CTN):** refere-se às taxas e contribuições de melhoria que podem ser instituídas e cobradas por qualquer ente político;
- **Competência Cumulativa (arts. 147, CF):** refere-se aos impostos em Território Federal. Tratando-se de impostos estaduais, a competência é da União e se, o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais. Ao Distrito Federal cabem os impostos municipais. Atualmente, não existem territórios no Brasil;
- **Competência Especial (art. 148 e 149, CF):** refere-se aos empréstimos compulsórios e as contribuições sociais. Apenas a União tem competência para instituir empréstimos compulsórios e

CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA

CONTABILIDADE GERAL

CONTABILIDADE: CONCEITO

A Contabilidade é uma ciência social que tem como função principal produzir informações úteis para que os usuários da informação contábil tenham condições de tomar decisões.

É por meio do registro (lançamentos) de fatos contábeis envolvendo o patrimônio das entidades, com ou sem fins lucrativos, que a Contabilidade vai produzir as informações que darão suporte à gestão das entidades. O conjunto de lançamentos contábeis permitirá a produção de relatórios com objetivos específicos, as chamadas Demonstrações Contábeis, que serão objeto de análises pelos usuários com o intuito de avaliar o desempenho das entidades.

Segundo a definição oficial, oriunda do 1º Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado no ano de 1924, a Contabilidade é “a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro de atos e fatos de uma administração econômica”.

Importante!

A Contabilidade é uma ciência social, portanto, não é ciência exata, não é técnica, muito menos a arte de controlar o patrimônio. Fique atento!

Esse conceito é importante por definir a Contabilidade enquanto ciência e por informar de maneira direta quais são as suas funções: orientar, controlar e registrar os atos e fatos que interessam para a ciência contábil.

Quando falamos em estudar a Contabilidade, estamos nos referindo aos princípios e normas que visam a estabelecer um padrão a ser adotado pelos profissionais contábeis, que são os responsáveis pela produção da informação a ser utilizada pelos usuários. Essa informação contábil precisa ser uniforme, para permitir a comparabilidade e uma análise de qualidade.

OBJETO

A Contabilidade, por ser ciência, possui um objeto a que ela se dedica a estudar. O objeto da Contabilidade é o patrimônio das entidades, que, por sua vez, é formado pelo conjunto de ativos (bens e direitos) e pelos passivos (obrigações) da entidade.

Isso quer dizer que a ciência contábil se dedica a estabelecer as melhores maneiras de prover as informações sobre fatos contábeis ocorridos sobre o patrimônio das entidades, de modo que sejam efetivamente úteis para a tomada de decisão.

OBJETIVOS

O objetivo da Contabilidade é fornecer informações úteis para a tomada de decisão pelos usuários, que podem ser internos ou externos.

Os usuários internos são aqueles que fazem parte da entidade, possuindo acesso direto às informações produzidas e as utilizam como instrumento de gestão, na tomada de decisões de cunho estratégico e de definição de políticas, como é o caso de diretores e controladores.

Os usuários externos podem ser os interessados em conhecer a situação econômico-financeira da entidade para tomar a decisão de manter ou não um investimento; emprestar ou não um recurso; fornecer ou não uma matéria-prima a prazo. É o caso de acionistas minoritários, bancos e fornecedores.

Segundo a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade (p. 14), o conhecido CPC 00 (R2), “o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações financeiras sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade que reporta que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis [...]”.

CAMPO DE ATUAÇÃO

O campo de atuação diz respeito à aplicação de uma determinada ciência. A contabilidade tem como campo de atuação a **azienda**, que significa uma entidade controlada e administrada ou entidade econômico-administrativa.

Atenção: azienda é o patrimônio administrado!

As aziende podem ter finalidade lucrativa ou não. O que vai importar na sua definição é a existência de patrimônio e gestão, seja uma empresa, uma associação ou uma igreja (FERREIRA, 2021, p. 8).

A Contabilidade tem as aziende como seu campo de atuação justamente pelo fato de ser um instrumento indispensável para a gestão de patrimônio.

Existem, segundo a doutrina, pelo menos três classificações para as aziende. São elas:

- Aziendas econômicas — são aquelas que visam aos lucros. Exemplo: as empresas;
- Aziendas econômico-sociais — não visam ao lucro e revertem o resultado econômico para as atividades sociais. Exemplos: associações e igrejas;
- Aziendas sociais — são os entes públicos. Exemplos: União, Estados e Municípios.

USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Ainda segundo o CPC 00 (p. 5):

Muitos investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, não podem exigir que as entidades que reportam forneçam informações diretamente a eles, devendo se basear em relatórios financeiros para fins gerais para muitas das informações financeiras de que necessitam. Consequentemente, eles são os principais usuários aos quais se destinam relatórios financeiros para fins gerais.

Considerando que investidores minoritários, credores por empréstimo e outros credores não têm acesso a informações de acordo com suas necessidades específicas, precisando recorrer às demonstrações

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL - ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL PELAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO

RELATÓRIO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL DAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO (RCPG): OBJETIVOS E USUÁRIOS

O Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG) é um **conjunto de demonstrações contábeis que apresentam informações financeiras e não financeiras sobre a situação patrimonial, orçamentária e fiscal de uma entidade pública**. O RCPG tem como objetivo fornecer informações úteis e relevantes para os usuários internos e externos da contabilidade pública, tais como gestores, órgãos de controle, credores, investidores, contribuintes, entre outros. Além disto, o RCPG deve seguir as normas e os princípios de contabilidade aplicados ao setor público, bem como as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). As principais demonstrações que compõem o RCPG são:

- **Balanco orçamentário:** mostra as receitas e as despesas previstas e realizadas no período, evidenciando o resultado orçamentário;
- **Balanco patrimonial:** mostra os ativos, os passivos e o patrimônio líquido da entidade, evidenciando a situação patrimonial;
- **Demonstração das variações patrimoniais:** mostra as alterações ocorridas no patrimônio líquido da entidade, evidenciando o resultado patrimonial;
- **Balanco financeiro:** mostra as receitas e as despesas financeiras da entidade, evidenciando o resultado financeiro;
- **Demonstração dos fluxos de caixa:** mostra as entradas e as saídas de recursos financeiros da entidade, evidenciando a capacidade de geração de caixa;
- **Demonstração das mutações do patrimônio líquido:** mostra as variações ocorridas nos componentes do patrimônio líquido da entidade, evidenciando a formação e a destinação dos recursos.

No que se diz respeito aos **usuários do Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RGPC)**, estão inclusos: cidadãos e a sociedade

em geral; órgãos de controle e fiscalização; financiadores; gestores públicos; e, por fim, os pesquisadores e acadêmicos. Assim situemos que:

- **Cidadãos e a sociedade em geral:** são os interessados em acompanhar a utilização dos recursos públicos, avaliar a efetividade das políticas públicas e exercer o controle social;
- **Órgãos de controle e fiscalização:** órgãos responsáveis pela fiscalização e auditoria dos recursos públicos, dentre eles estão os Tribunais de Contas, Ministério Público, Controladoria-Geral da União (CGU), etc.;
- **Financiadores:** aqui estão inclusas as instituições financeiras, organizações internacionais e outras entidades que fornecem recursos financeiros às entidades do setor público;
- **Gestores públicos e os pesquisadores e acadêmicos:** os gestores são administradores e responsáveis pela gestão das entidades do setor público, que utilizam as informações contábeis para tomada de decisões e prestação de contas. Enquanto os pesquisadores e acadêmicos são os interessados em analisar as informações contábeis para estudos, pesquisas e desenvolvimento de conhecimento sobre o setor público.

Importante!

O RCPG deve conter notas explicativas que complementam e esclarecem as informações apresentadas nas demonstrações contábeis

As notas explicativas são complementos de informações às apresentadas nas demonstrações contábeis. Embora sejam consideradas como parte integrante dessas demonstrações, seu principal propósito é fornecer esclarecimentos que facilitem a compreensão das informações contidas nas demonstrações pelos usuários. As notas explicativas devem abordar aspectos como: o contexto operacional da entidade, a base de preparação das demonstrações contábeis, os principais critérios e políticas contábeis adotados, a composição dos principais itens das demonstrações contábeis, os eventos subsequentes, os riscos e as incertezas que afetam a entidade, entre outros.

PRESTAÇÃO DE CONTAS E RESPONSABILIZAÇÃO (ACCOUNTABILITY) E TOMADA DE DECISÃO

Para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão, é crucial que tanto os usuários dos serviços quanto os provedores de recursos tenham acesso a informações que possam fornecer suporte para a avaliação de questões como:

- O desempenho da entidade durante o exercício como, por exemplo, em:
 - atender às suas responsabilidades de prestação de serviços e alcançar seus objetivos operacionais e financeiros;
 - gerenciar os recursos de sua responsabilidade; e

FLUÊNCIA EM DADOS

Prezado(a) estudante,

Com o intuito de oferecer o material o mais completo e didático possível, optamos por não repetir aqui os conteúdos referentes a:

- Estatística Descritiva
- Probabilidade e Distribuições de Probabilidade
- Inferência: Estimação Pontual e Intervalar
- Testes de Hipóteses
- Predição: Abordagens
- Séries Temporais
- Regressão Linear Simples e Múltipla
- Regressão Logística

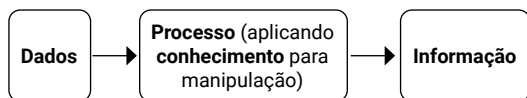
tendo em vista que todos eles já foram amplamente abordados na disciplina de Estatística.

Cordialmente,
Nova Concursos.

CONCEITOS, ATRIBUTOS, MÉTRICAS, TRANSFORMAÇÃO DE DADOS

Antes de seguir para o entendimento do que vem a ser fluência em dados, é de extrema importância que seja compreendido o contexto no qual ela entra, que é justamente o contexto de atuação de um cientista de dados.

Mais do que isso, precisaremos de um alinhamento conceitual mínimo sobre alguns conceitos que são aplicáveis à nossa realidade de ciência de dados, mais especificamente no que diz respeito a banco de dados.



Processo de transformação de dados em informação.

- **Dados:** consistem em fatos “*não trabalhados como o nome de um empregado, a quantidade de horas semanais trabalhadas por ele, o número de peças em estoque ou de pedidos de vendas*” (Santos et al., 2006, p. 2);
- **Informação:** “*é uma coleção de fatos organizados de modo que adquirem um valor adicional além do valor dos próprios fatos*” (Santos et al., 2006, p. 2). Precisa ser valorosa;
- **Processo:** transformação de dados em informação. Para tal feito, a definição dos relacionamentos entre os dados existentes exige conhecimento daquele que os manipula (pessoa, grupo de pessoas, o cérebro, as mãos ou software de computador) para que assim possam gerar informações úteis para alguma tarefa específica;
- **Inteligência:**

[...] o processo de inteligência competitiva (IC) é aplicado em ambientes organizacionais, com o

propósito de descobrir oportunidades e reduzir riscos, além de conhecer o ambiente interno e externo à organização, visando o estabelecimento de estratégias de ação a curto, médio e longo prazo. (Valentim, 2003 apud Silva, 2007, p. 90)

Quando trabalhamos em um banco de dados, é importante sabermos que podemos ter três tipos de dados a serem armazenados (e que serão futuramente trabalhados em projetos específicos focados na ciência de dados):

- **Dados estruturados:** têm uma relação direta com banco de dados relacionais (visto que estes são estruturados em tabela), bem como esquemas rígidos, e correspondem a cerca de 20% dos dados atualmente armazenados no mundo;
- **Dados semiestruturados:** têm uma estrutura predefinida, porém não com o mesmo rigor dos dados relacionais/estruturados;
- **Dados não estruturados:** não têm um formato que pode ser facilmente armazenado em tabelas (vídeos, imagens e alguns formatos de texto).

Agora, no momento em que temos um banco de dados com seus dados armazenados, é importante entender também a diferença entre o que é o esquema e o que é a instância de um banco de dados, conforme descrito a seguir:

- **Esquema:** é a definição estrutural do banco de dados;
- **Instância:** é o conjunto de informações contidas no banco de dados em um determinado momento temporal. Pode-se dizer que a instância corresponde aos dados persistidos.

E o que vem a ser um banco de dados?

Um **banco de dados** é uma coleção de dados persistentes e relacionados entre si que são utilizados pelas aplicações de uma determinada organização, ou seja, são os dados propriamente ditos.


Algumas pessoas confundem tal termo com o **Sistema Gerenciador de Banco de Dados**, que é, na verdade, o conjunto de aplicativos e ferramentas que utilizado para conseguir manipular o esquema de um banco de dados, assim como a sua instância (os dados propriamente ditos).

De uma forma geral, os bancos de dados que atendem aos sistemas de informação utilizados no dia a dia recebem, então, **transações**, que são operações realizadas em um banco de dados detectadas pelo usuário de um banco de dados como algo único. Toda a transação é dotada de quatro propriedades:

Atomicidade: *todas as ações que compõem a unidade de trabalho da transação devem ser concluídas com sucesso, para que seja efetivada. Se durante a transação qualquer ação que constitua unidade de trabalho falhar, a transação inteira deve ser desfeita (Rollback).*

Consistência: *todas as regras e restrições definidas no banco de dados devem ser obedecidas. Relacionamentos por chaves estrangeiras, checagem de valores para campos restritos ou únicos devem ser obedecidos para que uma transação possa ser completada com sucesso.*

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)